



**Congrega**  
Urcamp 2016

13ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa

REVISTA DA JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA ISSN:1982-2960

PESQUISA DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS: estudo sobre as oscilações dos preços no primeiro trimestre de 2016.

RITA LUCIANA SARAIVA JORGE<sup>1</sup>, RICARDO LEAL COUGO<sup>2</sup>

## RESUMO

O curso de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da URCAMP, campus Bagé - RS pesquisa mensalmente o custo do cesto básico na cidade de Bagé-RS. O custo do cesto básico interfere em várias políticas públicas com destaque para o cálculo do valor do salário mínimo. Destacam-se três propostas de cestas básicas no país: a do Decreto Lei nº 399, de 1938; a do Programa de Orientação e Proteção Defesa ao Consumidor e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PROCON/DIEESE); e a do Estudo Multicêntrico do Ministério da Saúde. O cálculo apresentado a partir de janeiro do corrente ano seguiu os critérios do Programa de Orientação e Proteção Defesa ao Consumidor e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PROCON/DIEESE). Os autores Oliveira e Thebaudmony (1998) afirmam que os hábitos de compra de alimentos influenciam no padrão de consumo e na segurança alimentar das famílias. Os principais critérios para a escolha dos alimentos são o preço e a qualidade; para a escolha do local de compras é o preço e a higiene do local. Os hábitos de compra e de consumo de alimentos estão interligados e dependem de fatores econômicos e culturais. O objetivo desta pesquisa é levar ao conhecimento da população em geral as variações de preços nos produtos que compõe o cesto básico. Neste primeiro trimestre de 2016 o custo da cesta básica foi de R\$ 381,18 e apresentou uma pequena queda de 0,89% no custo dos produtos em Bagé em relação ao último trimestre de 2015 no que tange ao valor total da Cesta. Um dos produtos que vinha tendo as maiores elevações em 2015, o Tomate, neste primeiro trimestre teve uma considerável queda, na casa de 35%. De toda sorte, embora o País esteja diante de um quadro de crise, que neste momento vive uma fase aguda do ponto de vista político, o aspecto econômico também encontra-se em alta instabilidade, o que sugere que no decorrer do 2º trimestre possa voltar a afetar fortemente os produtos da cesta básica. Os produtos como arroz, feijão e leite fundamentais para a composição da mesa das famílias ainda permanecem com razoáveis índices de elevação de preços, ou seja, apresentam respectivamente os seguintes percentuais de aumento em relação ao quarto trimestres de 2015, 18%, 14,5% e 19%. Já a carne, produto que vinha tendo grandes elevações apresentou um índice bastante singelo de aumento com relação ao período de 2015, uma elevação de apenas 1,9%. De qualquer forma o primeiro semestre de 2016 deverá ser de grandes variações econômicas, o que refletirá nos produtos da Cesta Básica. Considera-se ainda outra questão importante que influencia diretamente nos produtos da Cesta que é a queda do dólar neste primeiro trimestre de 2016. Os dados do 2º trimestre de 2016 estão em análise para divulgação e socialização dos

resultados ainda na primeira quinzena de julho deste ano. Com base nos resultados do 1º trimestre é possível afirmar que um trabalhador ganhando salário mínimo federal, hoje de R\$ 880,00 que corresponde à 220 horas mensais de trabalho, necessita de 95 horas trabalhadas para adquirir os produtos que compõe a cesta básica de alimentos, de acordo com o DIEESE. Neste sentido considera-se que a tendência do custo dos produtos da cesta básica continue em elevação, visto que a atual crise econômica deve se prolongar pelo restante deste ano, sem perspectivas de reação favorável do mercado econômico.

Palavras-chave: cesta básica, preços, salário mínimo.

## INTRODUÇÃO

A Universidade da Região da Campanha- URCAMP, através do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA e o curso de Administração vem realizando, na cidade de Bagé, pesquisa para apontar o valor do custo da Cesta Básica de produtos.

A Cesta de produtos básicos de consumo popular é um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil.

Justifica-se esta pesquisa pois entende-se que mostrar à comunidade os valores e as variações nos preços dos produtos essenciais ao consumo familiar constitui um dos mais relevantes objetivos de integração Universidade/Comunidade e, também o incentivo aos alunos na investigação científica, complementando o ensino do curso de Administração.

Baseados nessas premissas a URCAMP/CCSA, investiram na missão de desenvolver um estudo que possibilitasse a informação fidedigna desses dados para conhecimento de todos. Com a qualificação do pessoal técnico e a colaboração dos professores e alunos, a pesquisa foi significativamente impulsionada e a partir destes vetores foi possível manter até os dias atuais essa atividade de benefício social à população de Bagé.

Diante deste contexto o objetivo deste estudo é apontar o custo da cesta básica de alimentos do município de Bagé/RS destacando as oscilações dos preços no primeiro trimestres de 2016.

O custo da cesta básica calculado em Bagé-RS pelo curso de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas até o segundo trimestre de 2016 segue os critérios metodológicos do DIEESE contemplando o custo de 13 produtos básicos.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

As informações a seguir referem-se ao referencial teórico pertinente ao assunto e trazem um esclarecimento sobre os índices de preços, além de informações sobre o início do cálculo do custo do cesto básico para o município de Bagé e a evolução dos dados obtidos ao longo do primeiro trimestre de 2016.

Uma vez que a socialização alimentar envolve a familiarização do indivíduo com as categorias alimentares pré-determinadas pela cultura de onde provêm, e que nela podem colaborar uma grande variedade de fatores coletivos e individuais; os padrões alimentares mudam, apesar de que o que se come e como se come constitui uma das mais fortes barreiras de resistência às mudanças ( FIGUEROA, 2008)

A alimentação é uma necessidade básica, um direito humano e, simultaneamente, uma atividade cultural, permeada por crenças, tabus, distinções e cerimônias. Comer não representa apenas o fato de incorporar elementos nutritivos importantes para o nosso organismo, é antes de tudo um ato social e, como toda relação que se dá entre pessoas, traz convívio, diferenças e expressa o mundo da necessidade, da liberdade ou da dominação. Os padrões alimentares de um grupo sustentam a identidade coletiva, posição na hierarquia, na organização social, mas, também, determinados alimentos são centrais para a identidade individual (FISCHLER, 1988; SUELI, 2001).

Outro componente é o direito do consumidor às informações corretas sobre a composição e validade dos alimentos, possíveis riscos no consumo de certos alimentos, hábitos alimentares recomendáveis, etc. Grande parte destas atividades é desenvolvida quando o alimento é produzido para exportação, sendo necessário aplicar os mesmos mecanismos de controle ao destinado para consumo interno.

Três estudos Nacionais de Consumo de Alimentos são peças chaves para as análises das mudanças nos padrões alimentares: as Pesquisas de Orçamento Familiar de

1962 e 1988 e o Estudo Nacional de Despesa Familiar de 1975. Eles mostram a diminuição da participação dos Carboidratos e o aumento das gorduras no consumo energético total, nas regiões metropolitanas do sudeste e nordeste, destacando um decréscimo do consumo do feijão e arroz (fato que é acompanhado por substituições de refeições por lanches e assim com dietas desequilibradas, em especial quanto à quantidade de ferro), substituição de banha e manteiga por margarina e outros óleos, e aumento do consumo de gorduras, leite e derivados (BLEIL, 1998, ).

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os hábitos de compra de alimentos vão influenciar no padrão de consumo e na segurança alimentar das famílias. Os principais critérios para a escolha dos alimentos são o preço e a qualidade; para a escolha do local de compras foi o preço e a higiene do local. Os hábitos de compra e de consumo de alimentos estão interligados e dependem de fatores econômicos e culturais (OLIVEIRA E THEBAUDMONY, 1998).

A inflação é definida como um aumento generalizado nos preços, tendo como consequência a perda de poder aquisitivo da moeda e conseqüente perda do poder de compra do trabalhador. Este aumento não ocorre de forma constante para todos os preços, ou seja, alguns têm variações maiores, outros menores. Isto pode ser encontrado no trecho a seguir: “A necessidade de construção de índices de preços aparece quando se precisa saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes, e/ou que variam a taxas diferentes.” (GREMAUD, 2002)

Conforme o Banco Central do Brasil<sup>1</sup> “Índices de preços são números que agregam e representam os preços de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos da cesta.” Estes índices

---

<sup>1</sup> Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>, acesso em 25-07-2016.

calculam a variação do custo geral dos bens e serviços que um consumidor necessita. Ainda segundo o Banco Central para que se possa identificar essa variação são necessárias algumas medidas: uma região ou cidade específica; uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para identificar a renda e a cesta de consumo das famílias; a metodologia empregada para a realização do cálculo; definição das fontes para a coleta de preços.

Em relação ao salário mínimo no Brasil tem-se que surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existente na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil. A relação entre o maior e o menor valor em 1940 era de 2,67.

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo DIEESE na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%.

Para 2016, o valor do salário mínimo ficou em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). O valor foi definido conforme anúncio oficial do governo federal em dezembro de 2015, o aumento foi de 11.67% em relação ao último ano.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por ser do tipo descritiva, exploratória e documental. O delineamento da pesquisa foi através de um estudo de caso na cidade de Bagé-RS.

Para a coleta de dados utilizou-se uma amostragem por período compreendendo os meses de janeiro, fevereiro e março de 2016. Através da pesquisa documental obteve-se os dados referentes ao custo do cesto básico no período já mencionado. A análise foi realizada comparativamente com relação ao último trimestre de 2015 e o valor do salário mínimo nacional vigente.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 pode-se identificar a estrutura que compõe a cesta de produtos básicos calculada pelo CCSA-URCAMP com os produtos, as quantidades mensais analisadas e a unidade de medida do produto.

Tabela 1 – Estrutura da Cesta Básica de Bagé.

|    | <b>Produtos</b>           | <b>Unidade de medida</b> | <b>Quantidade mensal</b> |
|----|---------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1  | Açúcar Cristal            | 2 Kg                     | 1,5                      |
| 2  | Café solúvel              | 200gr                    | 3                        |
| 3  | Carne                     | 1 Kg                     | 6,6                      |
| 4  | Farinha de trigo          | 1 Kg                     | 1,5                      |
| 5  | Banana                    | 1 dúzia                  | 7,5                      |
| 06 | Batata inglesa            | 1 Kg                     | 6                        |
| 07 | Tomate                    | 1 Kg                     | 9                        |
| 08 | Leite em saco             | 1 Lt                     | 7,5                      |
| 09 | Margarina                 | 250gr                    | 3                        |
| 10 | Óleo de soja              | 900ml                    | 1,2                      |
| 11 | Pão francês               | 1 Kg                     | 6                        |
| 12 | Arroz tipo1 /parboilizado | 1 Kg                     | 3                        |
| 13 | Feijão preto              | 1 Kg                     | 4,5                      |

Fonte: Dados Primários, 2016.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época

e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os resultados deste estudo estão discutidos a seguir.

**Quadro 1. Custo do cesto básico no trimestre**

| <b>PRODUTOS ALIMENTÍCIOS</b> | <b>Unidade medida</b> | <b>Quantidade de medida</b> | <b>1° Trim/2016</b> |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------|
| <b>SETOR DE HORTI FRUTI</b>  |                       |                             |                     |
| Banana                       | 1 dúzia               | 7,5                         | 25,50               |
| Batata inglesa               | 1 Kg                  | 6                           | 19,91               |
| Tomate                       | 1 Kg                  | 9                           | 30,15               |
| <b>SETOR DE CEREAIS</b>      |                       |                             |                     |
| Arroz tipo1 /parboilizado    | 1 Kg                  | 3                           | 8,00                |
| Farinha de trigo             | 1 Kg                  | 1,5                         | 2,79                |
| Feijão preto                 | 1 Kg                  | 4,5                         | 18,26               |
| <b>SETOR DE MATINAIS</b>     |                       |                             |                     |
| Café solúvel                 | 200gr                 | 3                           | 30,83               |
| Açúcar Cristal               | 2 Kg                  | 1,5                         | 6,30                |
| <b>SETOR DE ENLATADOS</b>    |                       |                             |                     |
| Óleo de soja                 | 900ml                 | 1,2                         | 4,07                |
| <b>SETOR LATICINIOS</b>      |                       |                             |                     |
| Leite em saco                | 1 Lt                  | 7,5                         | 18,68               |
| <b>SETOR DE REFRIGERADOS</b> |                       |                             |                     |
| Margarina                    | 250gr                 | 3                           | 6,61                |
| <b>SETOR AÇOUGUE</b>         |                       |                             |                     |
| Carne                        | 1 Kg                  | 6,6                         | 159,92              |

| <b>SETOR PADARIA</b> |      |   |               |
|----------------------|------|---|---------------|
| Pão francês          | 1 Kg | 6 | 50,16         |
| <b>TOTAL</b>         |      |   | <b>381,18</b> |

Fonte: Dados Primários ( 2016)

No primeiro trimestre de 2016 tivemos um pequena queda de 0,89% no custo dos produtos da Cesta Básica em Bagé em relação ao último trimestre de 2015 no que tange ao valor total da Cesta. Um dos produtos que vinha tendo as maiores elevações em 2015, o Tomate, neste primeiro trimestre teve uma considerável queda, na casa de 35%. De toda sorte, embora o País esteja diante de um quadro de crise, que neste momento vive uma fase aguda do ponto de vista político, o aspecto econômico também encontra-se em alta instabilidade, o que sugere que no decorrer do 2º trimestre possa voltar a afetar fortemente os produtos da cesta básica.

Os produtos como arroz, feijão e leite fundamentais para a composição da mesa das famílias ainda permanecem com razoáveis índices de elevação de preços, ou seja, apresentam respectivamente os seguintes percentuais de aumento em relação ao quarto trimestres de 2015, 18%, 14,5% e 19%. Já a carne, produto que vinha tendo grandes elevações apresentou um índice bastante singelo de aumento com relação ao período de 2015, uma elevação de apenas 1,9%.

De qualquer forma este primeiro semestre de 2016 deverá ser de grandes variações econômicas, o que refletirá nos produtos da Cesta Básica. Considera-se ainda outra questão importante que influencia diretamente nos produtos da Cesta que é a queda do dólar neste primeiro trimestre de 2016.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anualmente, são elaborados 4 relatórios trimestrais do custo da cesta básica em Bagé/RS. No mesmo período, 12 são as análises mensais que avaliam a evolução do custo da cesta básica de Bagé-RS. Por meio da divulgação dos resultados em meios de ampla divulgação no município estima-se que cerca de dez mil pessoas sejam beneficiadas com esta pesquisa.

Tem sido percebido um grande interesse nas informações geradas pelo estudo por parte dos veículos de informação do município, podendo subentender sua real importância para os beneficiários – a população da região.

Sua aplicação e utilidade podem favorecer vantagens do ponto de vista econômico à população, no que diz respeito às estratégias de compras nos supermercados, bem como no conhecimento do comportamento dos preços durante o ano, como um indicador de tendências. A participação de alunos de graduação e professores pesquisadores no estudo é fundamental para o desenvolvimento e execução deste. As atividades têm proporcionado aprendizado, tais como poder de análise, síntese, planejamento e execução de projetos, complementando a formação acadêmica e profissional dos alunos envolvidos.

Neste contexto verificamos que o trabalhador despense nada mais nada menos que 95 horas de trabalho para adquirir a Cesta básica a partir do valor do salário mínimo nacional.

## REFERÊNCIAS

BLEIL, S.I. O Padrão Alimentar Ocidental: Considerações Sobre Mudança de Hábitos no Brasil. Cadernos de Debate. 1998. 6:1-25

FISCHER, C. e OMNÍVORO, el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1988.

FIGUEROA, Villi . Disponível em:  
<http://www.Cresecaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme09/hábito.doc>. Acesso em 20-07-2016

[http://www.Unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/Hábitos\\_de\\_Compra\\_de\\_Alimentos.pdf](http://www.Unicamp.br/nepa/arquivo_san/Hábitos_de_Compra_de_Alimentos.pdf)

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. Atlas, 2002.

OLIVEIRA, S.P; THEBAUD-MONY, A. **Hábitos e práticas alimentares em três localidades da cidade de São Paulo**. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v.11, 1998.

SUELI R, T. (2001). **Desnutrição e Obesidade: Faces Contraditórias na Miséria e na Abundância**. Instituto Materno Infantil de Pernambuco. Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), n. 2. Recife. 2001